

Estrabismo no ensino

Dos 352 mil alunos da rede pública de ensino do Distrito Federal, 123 mil deverão ser reprovados este ano. O cálculo é da própria diretora da Fundação Educacional do DF, professora Malva Oliveira, que em entrevista publicada na edição de ontem do *JBr* estima em 35 por cento o índice de reprovação nas escolas de primeiro e segundo graus ligadas ao órgão.

Os números são alarmantes e impõem imediata e profunda análise das causas do fenômeno. Governantes, pedagogos, professores, pais de alunos e toda a comunidade devem ser convocados para debater e pesquisar as raízes do problema, cuja gravidade, evidente por si, dispensa maiores considerações.

Nesta avaliação, certamente devem avultar — como sempre — as deficiências estruturais do ensino público no Brasil: insuficiência de material escolar, déficit de professores, inapetência dos alunos carentes pelo estudo, devido a causas culturais e orgânicas, falta de merenda escolar.

Exame mais detido da questão revelará, porém, que esta é apenas parte do problema, importante mas talvez nem fundamental. Parcela significativa da responsabilidade pelo baixo nível de ensino nas escolas públicas — porque é disso que se trata, e não somente de índices de repetência — deve ser debitada aos próprios professores, cujo nível de eficiência profissional e de dedicação à causa educacional são, para dizer o mínimo, discutíveis.

Apresentado nestes termos, o julgamento pode parecer excessivamente duro e até injusto com a categoria. Afinal, o professor é, ele próprio, igualmente vítima das distorções do sistema educacional — a começar pelos baixos salários e condições de trabalho inadequadas, não condizentes com a importância de sua missão como formador das futuras gerações. São essas circunstâncias que o levam — e aí reside seu maior equívoco — a confundir as atividades sindicalista (por todos os títulos legítima) e pedagógica (que não pode ser sacrificada no altar das reivindicações profissionais). Este ano que se encerra foi exemplar dessa visão equivocada dos professores: em duas greves realizadas nos meses de março/abril e outubro/novembro, as aulas estiveram paralisadas num total de 33 dias. A recuperação dos dias parados não ocorreu (houve líderes do movimento grevista que chegaram a propor a utilização das chamadas “aulas de recuperação” para que os alunos fossem “conscientizados” sobre a situação dos professores) e, claro, todos os prejuízos correram por conta dos estudantes.

O argumento de que a greve é o único instrumento realmente eficaz para que a categoria conquiste condições dignas de trabalho reflete uma visão estrábica da realidade. Os professores devem buscar outras formas de luta em suas justas aspirações, que não vitimem os alunos — sobretudo porque pertencem aos estratos mais carentes da sociedade, sendo portanto, tais greves, extremamente injustas do ponto-de-vista social.